

O DESABROCHAR DA VIDA NUMA PERSPECTIVA LITERÁRIA: REPRESENTAÇÕES DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DE DONA BEJA

THE BLOSSOMING OF LIFE IN A LITERARY PERSPECTIVE:
REPRESENTATIONS OF DONA BEJA'S CHILDHOOD AND YOUTH

Vinícius Amarante Nascimento¹

Edwirgens Aparecida Ribeiro Lopes de Almeida²

RESUMO: Esta pesquisa analisou à luz dos estudos de gênero, as representações da infância e juventude construídas no século XX, pelo romancista Agripa Vasconcelos em sua produção literária *A vida em flor de Dona Bêja* (1957) sobre Dona Beja, personagem histórica do século XIX. Isso posto, debruçou-se sobre a questão da condição feminina sob o regime patriarcal, os comportamentos socialmente idealizados para a mulher oitocentista, debateu-se sobre o tema da submissão feminina e as restrições enfrentadas pela mulher para ter acesso à educação, bem como a falta de autonomia feminina na escolha do seu esposo como a constituição familiar a partir de casamentos arranjados. Esta pesquisa não tem a pretensão de esgotar o estudo das representações literárias de Dona Beja no romance de Agripa Vasconcelos, mas sim de refletir sobre as desigualdades constituídas historicamente entre homens e mulheres, que também se manifestam por meio da linguagem literária.

PALAVRAS-CHAVE: Dona Beja; Infância e Juventude; Representação de gênero; Literatura; História.

ABSTRACT: This research analyzed, in the light of gender studies, the representations of childhood and youth built in the 20th century by the novelist Agripa Vasconcelos in his literary production *A vida em flor de Dona Bêja* (1957) about Dona Beja, a historical character from the 19th century. That said, it addressed the issue of the female condition under the patriarchal

¹ Mestre em Letras/Estudos Literários pela Universidade Estadual de Montes Claros – Brasil. Mestre em História pela Universidade Estadual de Montes Claros – Brasil. Doutorando em Desenvolvimento Social na Universidade Estadual de Montes Claros – Brasil. Bolsista CAPES. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-0129-850X>. E-mail: viniciusamarantehistoria@gmail.com

² Doutora em Letras (Língua Espanhola e Literatura Espanhola e Hispano-Americana) pela Universidade de São Paulo – Brasil. Doutora em Literatura pela Universidade de Brasília – Brasil. Realizou estágio pós-doutoral em Literatura Brasileira na Universidade Federal de Minas Gerais – Brasil. Professora Efetiva da Universidade Estadual de Montes Claros – Brasil. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-2297-6800>. E-mail: edwirgensletras@gmail.com

regime, the socially idealized behaviors for nineteenth-century women, it discussed the subject of female submission and the restrictions faced by women to have access to education, as well as the lack of female autonomy in choosing her husband as the family constitution from arranged marriages. This research does not intend to exhaust the study of the literary representations of Dona Beja in the novel by Agripa Vasconcelos, but rather to reflect on the historically constituted inequalities between men and women, which also manifest themselves through literary language.

KEYWORDS: Dona Beja; Childhood and youth; Gender representation; Literature; History.

1 Introdução

Nesta pesquisa, buscou-se analisar as representações literárias sobre a infância e a juventude feminina oitocentista criada por Agripa Vasconcelos em seu romance histórico *A vida em flor de Dona Bêja* (1957). Para a análise do romance utilizou-se os pressupostos metodológicos da pesquisa bibliográfica, onde procurou-se subsídios teóricos nos trabalhos de Michelle Perrot, Teresa de Lauretis, Mary Del Priore, Constância Lima Duarte entre outras/os.

De acordo com Rosa Maria Spinoso de Montandon (2002), a partir de uma pesquisa histórica, Ana Jacinta de São José, mais conhecida por Dona Beja, nasceu em 1800 em uma fazenda no oeste mineiro, chegando junto com a mãe no início do século XIX no arraial de São Domingos do Araxá. Durante a sua vida, Dona Beja conseguiu acumular patrimônio considerável, tal inserção feminina na economia e sociedade mineira pode encontrar-se veiculada a inúmeras estratégias como a prostituição ou atividades comerciais como as vendas. Edificou suntuoso sobrado na Praça Matriz do arraial, adquirindo escravos, dentre outras propriedades. Dona Beja, como chefe de família, gerenciou a própria vida e, mesmo sendo mãe solteira, buscou que suas filhas, frutos de relações sem vínculo matrimonial, realizassem casamentos com homens respeitáveis localmente. Mudando-se para o arraial de Bagagem obteve vários imóveis, neste mesmo arraial deu provas de sua religiosidade e fé, vindo a falecer em 1873.

Dona Beja é uma personagem histórica emblemática do interior mineiro do período oitocentista, que se tornou mito nacional, ao transcender a memória local e os relatos orais contraditórios sobre sua pessoa em Araxá, foi transportada para os livros de memórias, de história, de literatura em prosa ou em verso, ser inspiração para quadros, murais, telenovela, samba-enredo de carnaval, peças de teatro, músicas e até mesmo ser a “garota propaganda” de um grande empreendimento hoteleiro de Araxá.

Dessa maneira, tal pesquisa traz como questionamento central: Que representações da infância e juventude femininas foram construídas por Agripa Vasconcelos a partir da personagem Beja no romance *A vida em flor de Dona Bêja*?

Destaca-se que a partir dos elementos históricos que compõem o enredo do romance de Agripa Vasconcelos foi possível perceber o entrecruzamento entre Literatura e História como observar a situação enfrentada pelas mulheres no século XIX marcada por desigualdades sociais.

2 Cotidiano feminino oitocentista construídos no século XX

Em 1957, Agripa Vasconcelos publica o seu romance histórico *A vida em flor de Dona Bêja*, produção literária em que o escritor busca representar desde o nascimento de Dona Beja até o seu falecimento, já idosa. Sobre as representações, vale realçar que elas “se inserem em regimes de verossimilhança e de credibilidade, e não de veracidade” (PESAVENTO, 2008, p. 41). Dessa forma, Agripa Vasconcelos consegue legitimidade social para as suas representações sobre Dona Beja por construí-las tendo como base o momento histórico em que essa figura renomada viveu, ou seja, o período oitocentista brasileiro.

A partir do terceiro capítulo do livro *A vida em flor de Dona Bêja*, intitulado de “Os peregrinos”, Agripa Vasconcelos narra a história de Dona Beja

e, para isso, parte de fatos da infância da personagem, de forma que até mesmo o nascimento dessa mulher histórica é imaginado pelo escritor.

A história de Dona Beja é narrada a partir do ano de 1805. Conta o escritor que um pequeno grupo familiar, chefiado por João Alves e composto por sua filha Maria, sua neta Ana e seu escravo Moisés, toma a decisão de partir do distrito de Nossa Senhora do Carmo de Pains para o arraial de São Domingos do Araxá.

Na história, João Alves é descrito fisicamente como um senhor de 65 anos “velho teso, alto e espadaúdo, [de] barbas alvas” (VASCONCELOS, 1966, p. 35) e subjetivamente como uma pessoa de honestidade inabalável, pois trata-se de um “homem correto até à minúcia da honradez (...) não precisava assinar documentos, sua palavra era o documento” (VASCONCELOS, 1966, p. 46). Além de ser descrito como um homem que detesta mentiras, João é retratado como um indivíduo com muito apreço ao trabalho. Em Nossa Senhora do Pains, possuía uma fazenda onde plantava e criava animais. Foi casado por 25 anos com D. Nhanhá, com quem teve uma filha, Maria. Ficou viúvo exatamente no dia do nascimento da sua neta, tendo sua esposa, D. Nhanhá, falecido em decorrência do desgosto e frustração por sua filha ter tido um filho de um desconhecido/forasteiro fora do regime matrimonial.

Cinco anos depois do falecimento da sua esposa e do nascimento de sua neta Ana, João Alves decide recomeçar a vida no arraial de São Domingos do Araxá por dois motivos: primeiro, por ter sido atraído pela fertilidade do planalto araxano, conhecido por sua “maravilhosa fecundidade, os ares lavados de chuvas pontuais, as águas finas e frias, além do sossego retirado da fazenda” (VASCONCELOS, 1996, p. 47); segundo, para se afastar do estigma provocado pelos comentários e olhares dos habitantes do distrito de Nossa Senhora do Pains, devido ao fato de sua filha ter engravidado de um desconhecido sem estar devidamente casada com ele.

Maria, a filha de João Alves e D. Nanhá, engravidou por volta dos seus 20 anos, muito provavelmente, de um peregrino que conheceu, já que, na história, “ninguém suspeitava quem fosse o pai de sua filha. Nem os mexeriqueiros de seu arraial ao menos suspeitavam. Seria môço? Belo? Moreno? Louro? Ninguém lhe arrancaria o segredo, nem o conseguiu a mãe agonizante” (VASCONCELOS, 1996, p. 67). Desse intercurso, nasceu Ana.

Maria, já com seus 25 anos, momento em que parte com seu pai e filha para São Domingos do Araxá, é descrita como uma mulher de beleza modesta, como indica o trecho: “Maria era bonita, na simplicidade de môça criada como as rosas do pátio de um convento, para não serem vistas das ruas. Sempre singela, em seu natural elegante de altivez abatida, os modos simples realçavam-lhe a beleza triste de graça prisioneira” (VASCONCELOS, 1996, p. 68). Ela, por ter engravidado e concebido uma criança sem estar casada, vive um eterno luto por ter decepcionado seu pai e sua mãe.

A protagonista da história é Ana, filha de Maria e Neta de João Alves, apresentada pela primeira vez na história portando cinco anos de idade. Dessa forma, para imaginar como viveu Dona Beja nos seus primeiros anos de vida, Agripa Vasconcelos procura, a partir de fragmentos do cotidiano das crianças brasileiras na transição do período colonial para o Imperial, lançar luz sobre essa etapa da vida da personagem, uma vez que os documentos históricos praticamente não trazem nada sobre esse momento específico da vida dela.

Duas pontuações históricas devem ser sinalizadas. A primeira delas é sobre o conceito de infância, visto que, nos tratados de medicina do século XVI e XVIII, a puerícia ou infância era considerada “a primeira idade do homem: a “puerícia” tinha a qualidade de ser quente e úmida e durava do nascimento até os 14 anos. A segunda idade, chamada adolescência, cuja qualidade era ser “quente e seca”, perdurava dos 14 aos 25 anos” (PRIORE, 2010, p. 79). Embora se tenha notáveis diferenças entre a infância de uma criança de classe bem

abastada do cotidiano de uma criança pobre, normalmente esse período da vida poderia ser dividido:

Em três momentos que variavam de acordo com a condição social dos pais e filhos. O primeiro ia até o final da amamentação, ou seja, findava por volta dos três ou quatro anos. No segundo, que ia até os sete anos, crianças cresciam à sombra dos pais, acompanhando-os nas tarefas do dia a dia. Daí em diante, as crianças iam trabalhar, desenvolvendo pequenas atividades, ou estudavam a domicílio, com preceptores ou na rede pública, por meio das escolas régias (PRIORE, 2010, p. 79).

Baseado nas conceituações expostas acima, consideramos como infância no romance apenas os trechos sobre o período de vida de Dona Beja que perpassam o intervalo de tempo do nascimento até aos 14 anos da personagem. Após esse período, foi considerado como fase da juventude ou vida adulta.

Um segundo ponto que precisa de ressalva são as dificuldades de se historicizar aspectos da vida das meninas oitocentistas, visto que “a menina é uma desconhecida. Antes do século XX, existem poucos relatos da infância de meninas” (PERROT, 2007, p. 43). Os poucos registros históricos deixados da infância feminina decorrem do fato de elas passarem “mais tempo dentro de casa, serem mais vigiadas que seus irmãos, (...) serem postas para trabalhar mais cedo nas famílias de origem humilde, camponesas ou operárias, saindo precocemente da escola, sobretudo se são as mais velhas” (PERROT, 2007, p. 43). Destaca-se ainda que, na segunda infância, as meninas “são requisitadas para todo tipo de tarefas domésticas. Futura mãe, a menina substitui a mãe ausente” (PERROT, 2007, p. 43).

O primeiro ponto a se observar na personagem central da história é o seu nome, apresentado, no romance, como Ana Jacinta de São José. Sobre a origem dos nomes e sobrenomes femininos na passagem do período colonial para o imperial, destaca-se que “às mulheres, mais do que o sobrenome, era agregado o nome de um santo ou de algum advento religioso, como “de Santo Antônio”, “da Anunciação”, “do Espírito Santo”. Bem mais comum do que um

sobrenome, as mulheres ostentavam um segundo prenome” (HAMEISTER, 2009, p. 462). Tal constatação pode ser observada no nome de Dona Beja, já que a personagem ostenta, no prenome e sobrenome, nomes de santos, pois Ana é o nome da mãe da virgem Maria e São José é aquele que exerceu a paternidade social de Jesus Cristo, o esposo castíssimo de Maria Santíssima. Como era muito comum no período oitocentista para as mulheres, Dona Beja tem um segundo prenome, Jacinta. Sobre esse nome, pode-se mencionar que: “Jacinta é o feminino de jacinto, nome de uma flor cujas principais características são a floração recente e abundante e o cheiro atraente. Seja pelo código olfativo, seja por sua capacidade geradora, essa flor serve para simbolizar a atração e a fertilidade” (ABREU FILHO, 1983, p. 98).

Percebe-se, então, que o nome de Dona Beja comporta uma oposição de sentidos, pois, segundo a tradição cristã, Ana era a esposa estéril de Joaquim, a qual só consegue gerar a virgem Maria em decorrência de um pacto com o divino, o que contrasta com o nome Jacinta, que evoca aquilo que é naturalmente fecundo.

Segundo a explicação dada por Agripa Vasconcelos, o apelido Beja deriva do período de infância da personagem, pois, na fala concedida ao personagem João Alves pelo escritor, diz:

-Êsse apelido de minha neta vem de pequenina. Corria, pulava, pegava em minhas barbas, apanhava as flores todas que encontrava por perto. Um dia eu lhe falei: Você não pode ver flor que não corra logo para cheirar e trazer para casa. Você parece um beija-flor. Comecei a chamar a neta de beija-flor e os de casa também. Depois passou a ser chamada somente de Bêja (VASCONCELOS, 1966, p. 39).

Por conseguinte, a alcunha Beja seria, segundo o escritor, o resultado de um fenômeno fonético chamado de síncope, que se trata da ocultação de um fonema no interior de um vocábulo. Assim, Beija se tornaria Beja, o que “é em verdade pronúncia comum entre os mineiros; Bêja-flor” (VASCONCELOS, 1966, p. 39).

As representações sociais são perpassadas por uma confluência de valores, pois uma mesma representação comporta tanto elementos tradicionais como novos componentes. Isso pode ser percebido na escrita de Agripa Vasconcelos a partir do seu romance sobre Dona Beja, uma vez que, ao mesmo tempo em que o escritor traz imagens inovadoras sobre a personagem partindo do seu momento histórico de escrita, também conserva alguns elementos já cristalizados sobre ela.

À vista disso, aponta-se que, na caracterização física da menina Beja, Agripa Vasconcelos inspirou-se tanto nos traços de beleza europeia esculpidos por Sebastião de Afonseca e Silva no seu semanário *O Correio de Araxá* de 1915, como também pegou referências estéticas das imagens de Dona Beja presentes nos murais do Grande Hotel de Araxá criadas pelo artista Joaquim Rocha Ferreira em 1942. Portanto, no romance *A vida em flor de Dona Bêja*, já são destacados da personagem Beja a beleza e o encanto desde a tenra idade, como se percebe no trecho: “- Que cabelos mais lindos! O senhor tem razão, sua netinha é uma estampa...” (VASCONCELOS, 1966, p 42).

São muitos os fragmentos textuais que destacam a pueril e angelical beleza da personagem: “- Vejam que olhos lindos ela tem ... São verdes, grandes, fulgurantes!” (VASCONCELOS, 1966, p 42) e “- seus cabelos são côr de ouro velho, esse castanho cor de mel vai bem com seu rosto claro e delicado. Mas, João Alves, o encanto desta menina são os olhos verdes” (VASCONCELOS, 1966, p. 80). E, como realça Agripa Vasconcelos, a beleza da menina Beja só se eleva com o crescimento e maturidade da personagem. Assim sendo, percebe-se, no romance, que a descrição física feita da personagem resgata uma estética europeia, que era muito valorizada no século XIX.

Embora esbanje beleza, por ser de origem menos abastada, faltava a Beja o requinte das meninas ricas da sua mesma idade ao se vestir, pois, “enquanto sinhazinhas tinham de vestir-se de acordo com a moda da época, um figurino

cheio de exageros imitando-se assim, a moda usual na Europa” (SILVA, 2013, p. 02), Beja, ao ir à missa, usava trajes mais modestos: “Estava linda, com seu vestido cor-de-rosa um pouco rodado, embora seus borzeguins fossem grosseiros” (VASCONCELOS, 1966, p. 80).

No romance, Agripa Vasconcelos destaca que a aversão a pessoas negras pela personagem Dona Beja tem início na sua infância. Isso fica evidente no diálogo que se desenvolve entre a menina e seu avô João Alves.

Bêja era precoce, cheia de imprevistos. Como não fora criada com mães-pretas, traía reserva sobre os negros, de que tinha medo. Ao se aproximar um escravo, ela cerrava o cenho, calada. O avô perguntou-lhe: - Você não gosta de gente preta, minha neta? - Não gosto. - Pois ouve. Eles são como nós, apenas têm cor diferente. São mais pobres e ganham de nós para trabalhar. Os escravos ganham roupa, alimento. Você não gostando de negros também não gosta do Moisés, que é nosso escravo. Bêja saiu-se com facilidade: - Mas Moisés não é negro! - Que é então? - Moisés é bom (VASCONCELOS, 1966, p. 80).

No extrato textual destacado, Agripa Vasconcelos adota uma postura tradicional para tentar ser verossímil com o momento histórico escravocrata em que Dona Beja viveu, período este em que as pessoas negras e escravas eram desvalorizadas e demonizadas. Desse modo, o escritor passa a reafirmar para Dona Beja características racistas que já haviam sido impressas à personagem histórica por Sebastião de Afonseca e Silva no seu folhetim publicado a partir de 1915.

A infância feminina no século XIX não era fácil. As meninas pertencentes a extratos sociais privilegiados, desde logo, eram preparadas para o casamento e instrumentalizadas a “desenvolverem habilidades domésticas que incluía domínio com a agulha, culinária, bordados, rendas, mando das criadas, domínio da casa” (CUNHA, 2014, p. 04) e recebiam uma incipiente instrução; “já as meninas pobres estavam desde muito cedo envolvidas nas tarefas domésticas, no trabalho da roça, no cuidado com os irmãos menores, essas tarefas tinham prioridade e eram maiores do que a necessidade de escolarização” (CUNHA,

2014, p. 04). Embora as meninas oitocentistas, independentemente da condição social, não tivessem tanto tempo disponível para atividades lúdicas, sempre se encontrava algum espaço para uma brincadeira e divertimento. Destaca-se que “não era comum no século XIX que as crianças das camadas populares tivessem brinquedos fabricados porque estes pertenciam às crianças afortunadas e mesmo assim eram poucos” (DIAS, 2021, p. 06), visto que a fase da infância era tratada com certa indiferença nesse momento histórico. No período oitocentista, as brincadeiras eram demarcadas conforme o sexo da criança, como afirma Fabiele Silva Dias:

Ainda no século XIX, os jogos eram divididos de acordo com o sexo das crianças. Os jogos dos meninos geralmente eram praticados na rua, como a “biloca”, a “finca”, o “pião” entre outros. Já as meninas brincavam de “roda cantada”, as quais faziam alusão ao casamento. Elas também brincavam de amarelinha e boneca (DIAS, 2021, p. 06).

Uma outra forma de crianças encontrarem entretenimento no período em destaque era ouvindo histórias, o que a menina Beja sempre fazia segundo o escritor, pois “uma das maravilhas que ouvia eram as histórias das *Mil e Uma Noites*, que o avô sempre lhe contava. Ela, atenta, conhecia as espertezas de Sherazade, seus truques, o sultão brabo, as escravas núbias...” (VASCONCELOS, 1966, p. 69). Como se percebe pelo fragmento do romance, uma das principais formas de diversão de Beja, enquanto criança, era ouvir histórias. Vale denotar que “a literatura infantil no Brasil surgiu no século XIX, como literatura oral” (WENZEL; BATISTA, 2006, p. 36) e que, no século XIX, um dos livros de grande expressão que circulou no território brasileiro foi o clássico das *Mil e uma noites*.

É interessante a escolha do escritor, que optou, dentre tantos contos que circularam no século XIX, selecionar a história das *Mil e uma noites* como a preterida pela menina Beja, já que os contos expressam a resistência feminina e a luta pela sobrevivência ao poder despótico masculino através da figura de

Sherazade³, uma mulher destemida que, com sua astúcia, inteligência e retórica, consegue salvar outras mulheres de serem assassinadas pelo sultão, sendo considerada um símbolo de empoderamento feminino e sororidade⁴. Vale acentuar que, no século XIX, a literatura oral narrada por pais ou avôs privilegiava as fábulas em relação aos contos, por serem consideradas “verdadeiras formadoras de caráter, por conter uma moral claramente identificável” (MAUD, 2010, p. 136) e por ajudar principalmente as meninas a seguirem os códigos morais oitocentistas.

É também durante a infância que Beja recebe do avô os primeiros ensinamentos de como uma mulher deveria se portar frente à sociedade e, para empreender a lição de moral, João Alves se vale de uma orquídea que foi ganhada pela criança para estabelecer uma comparação:

Um dia, Moisés voltou da lenha trazendo para Bêja uma orquídea aberta com duas flores amarelo-escuro, tirante a castanho, variedade linda e que fora batizada por velhos botânicos com o nome de Labiata Tenebrosa. Bêja foi mostrá-la ao avô (...). – É muito bela, minha filha, mas é flor parasita. Vive da seiva das árvores e do ar, segundo ouço. Ninguém deve ser como as orquídeas, vivendo de vida alheia – e do ar. A mulher honesta deve ter raízes na virtude bem plantada na alma. Deve viver do seu esforço e do trabalho e não do ar, que é vazio (VASCONCELOS, 1966, p. 86).

³ Acentua-se que “o título *Mil e uma noites* advém do tempo despendido por uma jovem a interessar um rei poderoso, despertando-lhe a curiosidade para a sequência das histórias que narra durante a noite, para se livrar da morte esperada. A narração dessas histórias é a estratégia de Sherazade face ao propósito do sultão Shariar que, tendo sido traído pela anterior sultana, jurara sacrificar, a cada manhã, a mulher que, dali em diante, tomasse em casamento” (WEIGERT, 2015, p. 28-29). Enquanto representação feminina, Sherazade conjuga inteligência, perspicácia, sedução e beleza como também se torna emblema de resistência a opressão masculina como do não silenciamento da mulher.

⁴ Conceito relativamente recente, sororidade pode ser “definida como a união e a aliança entre mulheres baseadas na empatia e companheirismo, em busca de alcançar objetivos em comum” (SILVEIRA; ALDA, 2018, p. 01). Sherazade carrega essa sororidade, visto que, sendo “filha de um vizir, se ofereceu para entreter Shariar, contando-lhe histórias, na intenção de salvar as mulheres de sua terra, que morriam todas as manhãs, porque o rei, tendo sido traído, avaliava-lhes a fidelidade pela medida de uma noite. É através da retórica sedutora de Sherazade, de seu poder de sortilégio, que restabelece para Shariar a noção de confiança” (COUTINHO, 2010, p. 80). Ou seja, por seu senso de irmandade e por seu gesto heroico de preservação da vida de outras mulheres, a história de Sherazade torna-se expressão dessa sororidade.

Respaldo nos valores do século XIX, considera-se mulher virtuosa e honesta, como o trecho acima sugere, aquela que, com abnegação, dedica-se a ser uma boa esposa e mãe atenciosa; que edifica um ambiente familiar saudável e harmônico através do seu trabalho doméstico. No romance *A vida em flor de Dona Bêja*, o mundo feminino é inscrito por meio do olhar masculino e, no fragmento retirado do romance, percebe-se um discurso que busca moldar a subjetividade feminina a um modelo desejável. Por conseguinte, a partir dos estudos de gênero, identificamos algumas desigualdades socialmente constituídas entre homens e mulheres no romance em questão.

Para melhor compreender a categoria de gênero, deve-se diferenciá-lo do conceito de sexo. Assim, a categoria “sexo” remete a uma classificação biológica dos seres humanos a partir do binômio homem e mulher, macho e fêmea. Trata-se, portanto, de uma categoria que referencia as pessoas com base em características orgânicas, cromossômicas e de níveis hormonais. Para essa categoria, os indivíduos são o que os órgãos reprodutivos e genitais que têm determinam que sejam.

Desse modo, “o sexo, se refere a características físicas e biológicas dos corpos que, na nossa sociedade, são classificados em machos (associados aos homens), fêmeas (associados às mulheres) e intersex (antigamente chamados de hermafroditas)” (WOLFF; SALDANHA, 2015, p. 30). Sendo o sexo definido pelas características anatômicas que o sujeito apresenta desde o seu nascimento, os atributos inatos biologicamente dos sujeitos irão determinar os papéis que as pessoas desenvolverão no seio social. Assim, o fato de a categoria sexo ser “baseada em características biológicas, acaba por definir homens e mulheres como categorias naturais, essencializadas, resistentes às forças arbitrárias da cultura, da história e da pessoa” (MATOS, 1999, p. 20).

Como aponta Teresa de Lauretis, o conceito de sexo aprisiona os sujeitos a modelos estruturados, pois “a primeira limitação do conceito de diferença(s)

sexual(ais), portanto é que ele confina o pensamento crítico a uma oposição universal do sexo (a mulher como a diferença do homem, com ambos universalizados)” (LAURETIS, 1994, p. 207). Dessa maneira, a partir de suas características biológicas, homens e mulheres são vistos como categorias universais, havendo também um padrão universal de comportamento para ambos os sexos que não pode ser subvertido. Por isso, a necessidade de se pensar a partir do conceito de gênero

O conceito de gênero, por sua vez, surge na década de 1970, em decorrência dos movimentos feministas que queriam direitos equânimes entre homens e mulheres. À vista disso, a categoria de gênero emerge como uma forma de não aceitação do determinismo biológico, tendo em vista que se trata de um conceito “criado para distinguir a dimensão biológica da dimensão social. Assim, gênero significa que homens e mulheres são produtos da realidade social e não decorrência da anatomia de seus corpos” (CARRARA, 2009, p. 39).

Essa categoria não nega as influências biológicas no indivíduo, mas, em contrapartida, traz à baila o entendimento de que homens e mulheres são constructos socioculturais, ou seja, a cultura e a sociedade moldam o “ser homem” e o “ser mulher” e, em decorrência disso, “o conceito de gênero se refere à construção social do sexo anatômico” (CARRARA, 2009, p. 178).

A conceituação de gênero apregoa que as relações entre homens e mulheres estão pautadas em desigualdades socialmente e culturalmente edificadas. Tais diferenças, por muito tempo, foram explicadas como sendo naturais e determinadas por características inatas da biologia humana. O conceito de gênero busca, dessa maneira, desconstruir as explicações sobreditas.

Na escrita do seu romance *A vida em flor de Dona Bêja*, Agripa Vasconcelos buscou ser coerente na apresentação de aspectos do cotidiano feminino do século XIX e de valores circulantes naquele período. Portanto, a

partir do discurso literário analisado, foi possível perceber as desigualdades de gênero presentes em uma sociedade marcada pelo patriarcalismo.

Na história, João Alves, enquanto chefe familiar, exerce o poder de mando e decisão sobre a vida de sua filha Maria e de sua neta Beja. Era ele que determinava quais as atividades seriam adequadas e impróprias para aquelas mulheres que estavam sob o seu jugo. Dessa maneira, o patriarca da família buscou que sua neta, desde a sua infância, aprendesse atividades tipicamente femininas e domésticas. Por conseguinte, Maria “ensinou a Bêja a bordar. [A criança] fazia rendas, brincando com os bilros, o que satisfazia ao avô. Tinha sua almofada de rendeira e tecia rendas complicadas, sempre bem feitas” (VASCONCELOS, 1966, p. 69). E, em um diálogo com o padre, João Alves se orgulha do talento da sua neta que, ainda criança, já domina várias atividades domésticas, pois ela “já costura com acerto... O Padre espantou-se: - Sabe tudo isso e bem... Não diga? Vejam só: já borda, faz renda, costura...” (VASCONCELOS, 1966, p. 74).

Para as meninas de classes menos abastadas, era necessário o conhecimento dos afazeres domésticos que envolviam a costura, lavagem de roupas e saber cozinhar, pois, no período oitocentista, “o trabalho com os tecidos e as costuras seria parte da natureza feminina, assim como os cuidados com as crianças e com a cozinha” (MONTELEONE, 2019. p. 07). E, como acrescenta Joana de Moraes Monteleone:

Ao longo de todo o século XIX, costurar em casa era muito comum. Esperava-se que as mulheres soubessem cuidar da roupa da casa, que incluía um sem número de remendos, recosturas e transformações - além de inúmeras lavagens e do tempo dispendido passando as roupas todas. Todo esse trabalho significava um treinamento desde a infância, para as meninas (MONTELEONE, 2019, p. 01).

Se a menina Beja aprendeu, com a sua mãe Maria, a bordar e a fazer rendas, foi o avô que a ensinou, durante a infância, a cavalgar. Aos 13 anos, já

tinha muita destreza na montaria, ostentando “fama de boa cavaleira” (VASCONCELOS, 1966, p, 86). Sempre quando andava a cavalo com seu avô, “Bêja galopava na frente, brandinho no ar o chicotinho de cabo de prata” (VASCONCELOS, 1966, p. 71) que recebeu dele de presente. Vale notar que as habilidades de montaria de Beja, semelhante às dos homens, transgridem o ideal de feminilidade do período e que, embora Beja vivesse sob o olhar vigilante do avô e dos seus subordinados, ela tinha experiências de liberdade típicas das regiões rurais que as jovens da zona urbana não desfrutavam.

Porém, no romance, quando João Alves é questionado se sua neta Beja sabia ler e escrever, o patriarca se aborrece:

E [Bêja] sabe ler sua cartilha? João Alves recuou, como se recebesse uma estocada: - Ler?! Não, Reverendo! Não quero, nem deixo a neta aprender essas coisas. Estava ofendido, empalidecera: - Ora, meu Padre, tenho sofrido muito. Eu conheço o mundo... Minha neta é só o que resta de minha felicidade, para sempre perdida. Se ensino a ler e escrever... não sei: sou capaz de perder também a menina. O Padre, conciliador: - Até certo ponto, concordo. Mas distingo: são predicados... João estava pasmo: - Pre-di-cados?! Não, seu Vigário, acho isso com seu perdão, até pecado! (VASCONCELOS, 1966, p. 74).

Depois da conversa, “João estava abalado com a insinuação: ensinar a ler e escrever à sua neta... Que idéia! (VASCONCELOS, 1966, p. 74), pois criara a sua filha e sua neta de acordo com os códigos morais e costumes típicos de uma sociedade oitocentista que objetivava que as mulheres desempenhassem um bom papel como esposas, mães e cristãs devotas. Nesse sentido, seria restringido para essas mulheres o direito de se desenvolverem intelectualmente e cientificamente através da educação formal, que seria uma prerrogativa para os homens.

Destaca-se que, no século XIX, a ideologia patriarcal queria disciplinar os comportamentos femininos e a “instrução poderia colocar em risco o esquema de controle exercido sobre esposas e filhas, pois, não deveriam dedicar-se à leitura e nem necessitavam escrever porque poderiam fazer mau uso da arte.

Por isso, a frequência à escola representava um luxo amiúde dispensável” (QUINTANEIRO, 1996, p. 168) para as mulheres. Acrescenta-se a esse argumento que, no período em questão, “os conservadores sustentavam que as propostas de ampliação da instrução feminina deviam ser rejeitadas porque isso podia roubar às moças sua feminilidade, reduzir suas chances de casamento e torná-las incompletas e infelizes” (QUINTANEIRO, 1996, p. 155). Assim sendo, na sociedade brasileira do século XIX, a educação feminina formal era deixada num segundo plano. O importante era que as meninas aprendessem as prendas domésticas e se preparassem para conseguir bons casamentos.

Beja era uma menina pertencente a uma classe menos abonada e a sua educação não deveria ultrapassar alguns conhecimentos superficiais, pois, segundo os preceitos que vigoravam no seu período histórico de vida, ela deveria se atentar majoritariamente aos afazeres domésticos. Porém, vale ressaltar que normalmente, no século XIX, “as jovens de posses recebiam educação e instrução em suas próprias casas, através de preceptoras, ou eram enviadas para colégios, conventos, seminários, ou casas de recolhimento, onde recebiam praticamente o mesmo tratamento recluso das noviças” (DUARTE, 2002, p. 214). Nos colégios, as filhas das famílias abastadas deveriam ser preparadas para serem esposas exemplares e mães extremosas, uma vez que, “desde o início, a educação feminina foi concebida a partir de uma visão romântica: veiculada a valores calcados na religião e na moral, e visava apenas preparar a futura mulher para assumir suas funções junto à família” (DUARTE, 2002, p. 215).

Nos colégios, as jovens ricas tinham uma educação aristocrática, aprendiam a língua nativa e recebiam ensinamentos de idiomas estrangeiros, como o francês. Além disso, obtinham lições de pintura, música e fundamentos iniciais da matemática, como as quatro operações. Também “recebiam aulas de etiqueta, catecismo, culinária, puericultura e de princípios morais” (DUARTE, 2002, p. 215). Os colégios tinham a função de docilizar os corpos femininos e de

sujeitar a mulher a princípios de ordem moral e religiosa, além de tornar o corpo feminino produtivo para a rotina doméstica, pois “o dia a dia nos colégios costumava ser regido por princípios rígidos de disciplina, que visavam codificar o tempo, o espaço e criar os hábitos responsáveis pelas atitudes e maneira de ser feminina” (DUARTE, 2002, p. 215). A educação feminina oitocentista, além de ser restringida pelos padrões morais vigentes, era limitada por fatores socioeconômicos, uma vez que as mulheres burguesas tinham acesso a uma educação diferenciada.

Com o surgimento da categoria de “gênero” na década de 1970, tem se possibilitado entender que as identidades masculinas e femininas não são determinadas biologicamente, mas são construídas socialmente.

Segundo a escritora feminista Teresa de Lauretis, alguns mecanismos sociais e institucionais – intitulados por ela de “tecnologias do gênero” (1994, p. 228), como os meios de comunicação midiáticos, (imprensa, televisão, publicidade, cinema), as narrativas culturais, (literatura e música), imagens que compõem as artes plásticas, os discursos referenciais dotados de autoridade, como o discurso médico, religioso, científico, político, jurídico e o próprio senso comum enquanto saber popular – criam representações de homens e de mulheres, em que critérios de masculinidade e feminilidade baseados em características biológicas passam a ser naturais e parte da essência de homens e mulheres. Destaca-se que o discurso histórico apropriado por Agripa Vasconcelos para embasar seu romance pode ser considerado mais um desses mecanismos que possibilitaram ao escritor construir imagens de gênero de Dona Beja no século XX.

As tecnologias de gênero continuamente se atualizam e passam a difundir diferenças sexuais na sociedade, que, por sua vez, acolhe, absorve e reproduz essa ideologia no seu cotidiano. Destacamos aqui os papéis das instituições escolares brasileiras que, desde o período imperial, criavam

mecanismos de distinção da educação para homens e mulheres, já que existiam expectativas sociais diferentes para os gêneros e funções pré-estabelecidas que deveriam ser cumpridas tanto por homens como por mulheres. Por isso, “desde sempre, os educadores defendiam uma educação diferenciada para cada sexo, isto é, perpassada pelo gênero, como forma de respeitar as diferenças biológicas e morais de cada um” (DUARTE, 2002, p. 214). Ao entender que o sistema educacional não é parcial e nem isento de introjetar valores ideológicos, percebemos que: “Nenhuma prática educativa é neutra ou descompromissada, ao contrário, ela serve para ensinar os modelos sociais, as maneiras como as pessoas devem se comportar, as emoções que podem ser expressadas e as que devem ser controladas” (PASSOS, 1997, p. 136).

As tecnologias de gênero presentes no sistema educacional brasileiro do período oitocentista promoviam uma educação sexista e discriminatória contra a mulher, pois “os homens recebiam uma educação que os preparava para o mundo do trabalho, para a vida racional e criativa; e as mulheres apenas orientações de como se comportar e atuar dentro de casa” (DUARTE, 2002, p. 214). Desse modo, as desigualdades de gênero foram se formatando na sociedade brasileira, em que “o androcentrismo da família patriarcal reservava aos homens os benefícios da cultura e se encarregava de excluir as mulheres de qualquer privilégio” (DUARTE, 2002, p. 214).

Agripa Vasconcelos tenta alcançar uma verossimilhança com o momento histórico em que Dona Beja viveu e, ao evocar valores típicos do século XIX na sua produção literária, ajuda a identificar a formação de desigualdades de gênero na educação brasileira, as quais eram consideradas naturais. No romance, a única educação que foi permitida à menina Beja pelo avô foi a religiosa, como evidencia o fragmento do texto:

Quando Bêja fez 10 anos o avô lhe disse: - Minha filha, chegou o tempo de aprender alguma coisa. Agora, todos os domingos vou levá-

la à Vila para você aprender o catecismo. Já falei com o Padre e vamos começar depois de amanhã. Não quero que minha neta fique ignorante dos preceitos da Santa Religião (VASCONCELOS, 1966, p. 70).

A partir do trecho, percebemos que, nas classes populares oitocentistas, a “educação da mulher devia consistir, sobretudo, em sua preparação religiosa e moral” (DUARTE, 2002, p. 217) que auxiliaria a mulher a dignificar a sua futura família e seu lar com preceitos cristãos. A ela não era dado o direito de uma educação emancipadora, seja intelectualmente ou profissionalmente. Desse modo, é possível perceber, a partir do texto literário, disparidades entre homens e mulheres que foram se sedimentando ao longo da história. A categoria de gênero também remete a comportamentos esperados e socialmente aceitos para homens e mulheres, isto é, formas de se comportar e agir que foram naturalizadas, mas que não existem desde sempre, uma vez que:

O modo como homens e mulheres se comportam em sociedade corresponde a um intenso aprendizado sociocultural que nos ensina a agir conforme as prescrições de cada gênero. Há uma expectativa social em relação à maneira como homens e mulheres devem andar, falar, sentar, mostrar seu corpo, brincar, dançar, namorar, cuidar do outro, amar etc (CARRARA, 2009, p. 40).

Conforme os padrões de gênero, a menina Beja deveria se comportar sempre comedidamente e com decoro. Com vistas a disciplinar o comportamento da criança, seu avô observava recorrentemente seu gestual e a maneira como se portava, para ver se ela não cometeria nenhum desacatamento aos preceitos morais e ao pundonor, como pode ser observado no extrato textual do romance.

Certa vez corou-se de trepadeiras, pôs um colar de flores e chegou à varanda, onde o avô descansava na rede do canto. Veio andando como senhora, em meneios de corpo, calma e atraente: - Olha, Vô, sou a sultana das *Mil e Uma Noites* que o senhor contou... estou parecendo com ela! E caminhando, majestosa, pela varanda: - Eu sou a sultana, tragam meus anéis... Aladim, venha cá... João Alves

estremeceu. Pensou no andar das mulheres perdidas, andar jogado de quadris, provocando o sensualismo dos homens. Ficou pensativo (VASCONCELOS, 1966, p. 78 e 79).

O olhar do avô para criança foi de reprovação, tendo em vista que, como a grande autoridade do seu lar e sustentáculo moral de sua família de acordo com os valores patriarcais, João Alves deveria policiar os gestos, maneira de se vestir e de se expressar da sua neta Beja, já que “nascia fortemente a necessidade de disciplinar o corpo feminino para que ele não burlasse a ordem social da virgindade, castidade, casamento e maternidade, categorias de feminilidade difundidas pelas redes institucionais através dos discursos normatizantes” (SILVA, 2008, p. 05). O grande temor de João Alves era que sua neta perdesse sua honra e maculasse o nome da família, pois, segundo a teoria do desvio feminino, a “mulher perdida” seria aquela que se perdeu do caminho adequado, ordeiro e honesto para a mulher, tornando-se prostituta. Desse modo, a partir dos preceitos que circulavam na sociedade do século XIX, a preservação da honradez e retidão de uma donzela também poderiam ser entendidas como a manutenção da dignidade da própria entidade familiar e “a guarda da honra de uma dama passa por sua abnegação e resistência aos desejos carnis, garantindo assim a sua integridade física até o casamento” (SILVA, 2007, p. 01), uma vez que, de acordo com as estipulações de gênero, “enquanto que homens honrados garantiam sua honorabilidade através da sua palavra (do fio do bigode), a honra da mulher passava por seu corpo e aquela que se dava ao respeito devia manter-se virgem até o casamento” (SILVA, 2007, p. 02). Assim, a partir do romance, percebem-se as normatizações corporais que operavam sobre o comportamento da mulher no século XIX.

Conforme a menina Beja crescia, aumentava a angústia do seu avô, sendo que “só a beleza de Bêja o preocupava” (VASCONCELOS, 1966, p. 81), já que sua graciosidade poderia atrair os olhares concupiscentes masculinos. Em decorrência disso, o exercício de vigilância sobre a jovem era constante: “à

mocinha não foi permitido frequentar qualquer festa, a não ser as da Igreja, o que fazia com a presença da escrava, bem instruída pelo velho” (VASCONCELOS, 1966, p. 85). Vale sublinhar que, no século XIX, “as comemorações, festas dos santos, profissão de religiosas, funerais, semana santa serviam como uma boa escusa para o exercício da sociabilidade, desfrutada com excessiva parcimônia em outras situações” (QUINTANEIRO, 1996, p. 78). Portanto, para as mulheres oitocentistas que, muitas vezes, viviam sob égide de rígidos padrões morais, as festas na Igreja ou momentos de conagração religiosos eram ocasiões que possibilitavam divertimento e a criação de uma pequena rede de amizades.

Por mais que a menina Beja fosse policiada por seu avô e seus serviçais, foi no catecismo que Beja conheceu Antônio Sampaio e por ele enamorou-se. Quando se conheceram, Antônio tinha 14 anos e era filho de um fazendeiro local de grande poder político, logo tratava-se de um menino bem abastado. Como é descrito no romance, “Antônio era uma criança forte, desembaraçada e pilhérica a seu modo. Como menino rico, se impunha aos demais pela excelência das roupas, bons calçados e arreios de cavalgar, com passadores de prata” (VASCONCELOS, 1966, p. 71). O estado de encantamento entre Beja e Antônio era muito sutil, pois “viam-se e falavam-se pelos olhos. Vieram depois os sorrisos, os cumprimentos a medo (...)” (VASCONCELOS, 1966, p. 71). No século XIX, “há evidências de um conjunto de práticas (...) que apontam claramente para a existência de uma forma de namoro entendida como um jogo furtivo de sinais e gestos transmitidos com a ajuda de leques, lenços e chapéus” (QUINTANEIRO, 1996, p. 98), o que era compatível com a relação entre Beja e Antônio, já que, devido ao confinamento doméstico e vigilância contínua, ela:

(...) via, sempre de longe, Antônio. Viam-se, sorriam-se. Era o primeiro amor, despertado no catecismo do Padre Francisco, ao desabrochar para a vida, na timidez das almas virgens. Só lhes era permitido falarem-se às pressas, à saída furtiva da missa, pois Bêja fora proibida de ir às rezas noturnas da Matriz, onde se rezavam as ladainhas (VASCONCELOS, 1966, p. 86).

Embora Beja estivesse enamorada de Antônio Sampaio, o poder de decisão sobre com quem ela se casaria caberia, segundo os ditames da sociedade oitocentista patriarcal, ao seu avô, chefe da família e mantenedor do lar, pois:

A legalização das uniões dependia do consentimento paterno, cuja autoridade era legítima e incontestável, sendo de sua competência decidir e até determinar o futuro dos filhos sem lhes consultar as inclinações e preferências, de sorte que casamentos se fazem, às vezes sem que os nubentes se tenham jamais se comunicado ou visto (...) aqueles realizados à revelia dos pais, em geral, resultavam em punições de diversos tipos (SAMARA, 1989, p. 89).

No romance, o personagem João Alves já havia planejado o futuro de Beja: “almejava casar a neta aos 15 anos, embora isso lhe fosse doloroso. Queria fechar os olhos, vendo-a casada” (VASCONCELOS, 1966, p. 76). Isso porque o casamento era entendido, no século XIX, como um contrato social ou união de interesses. Assim, independia da vontade ou seleção prévia pelos nubentes, cabendo apenas haver o acordo entre os chefes de família (SAMARA, 1989). Como complementa Agripa Vasconcelos, cabia aos pais o arbitramento dos destinos dos seus filhos(as) e dependentes. Sendo assim, “contratavam casamento de criaturas que se desconheciam e só vinham a conhecer no pé do altar” (VASCONCELOS, 1966, p. 42). E, como cita o escritor, pelo fato de as “jovens crescerem incultas, apenas com os preceitos de cega obediência. Não discutiam as deliberações dos pais. Certa vez uma jovem da Vila de Nossa Senhora da Piedade de Pitangui ficou sem conhecer nem de vista o pretendente (VASCONCELOS, 1966, p. 42 e 43).

Para que ocorressem os matrimônios entre as famílias de elite, era necessário que fossem observados alguns critérios “onde raça, riqueza, ocupação, origem e religião eram fatores altamente significativos” (SAMARA, 1989, p. 88). Por ser de origem humilde, provavelmente os pré-requisitos de

seleção de um esposo para Beja seriam mais flexíveis, embora muitos lhe fossem os pretendentes.

João Alves, aos 72 anos, desejava encaminhar um casamento para Beja, pois, já com a idade avançada, temia morrer e deixar neta e filha desamparadas. Com o casamento, Beja receberia a proteção do marido, visto que, de acordo com as relações de gênero oitocentistas, com a pouca autonomia feminina, “as mulheres, depois de casadas, passavam da tutela do pai para a do marido, onde cuidariam dos filhos e da casa no desempenho da função doméstica que lhes estava reservada” (SAMARA, 1989, p. 19). Ao observar os espaços familiares no século XIX através dos documentos históricos, Eni de Mesquita Samara tece a seguinte afirmação:

Devido às poucas opções que restavam à mulher, o casamento tinha uma função específica, especialmente numa sociedade onde sua imagem estava associada ao de esposa e mãe. Representava também proteção e a decente sobrevivência, pois, era da competência do marido zelar pelos bens e pela segurança da mulher e da prole (SAMARA, 1989, p. 98).

Na sociedade patriarcal, percebe-se uma tentativa de dominação masculina sobre as mulheres, a qual se expressa a partir de diversas formas de violência, seja através dos impasses e empecilhos impostos que dificultaram que as mulheres tivessem acesso formal à educação, no oferecimento de uma formação precarizada e sexista para elas, na imposição de uma submissão feminina, no desrespeito à autonomia e à liberdade da mulher através da determinação de um casamento forçado pela autoridade paterna ou na banalização da violência de gênero, que culminava, muitas vezes, em assassinatos de mulheres. No sistema patriarcal oitocentista, os mecanismos de controle da mulher não eram restritos ao âmbito familiar, sendo também de ordem religiosa, médica e jurídica, e buscaram ordenar os comportamentos da mulher, disciplinar a sexualidade feminina a partir dos critérios de honra e de virgindade, além de construir uma subjetividade feminina ordeira, passiva e

resignada. Todos esses aspectos estão presentes no romance *A vida em flor de Dona Bêja* e, desse modo, é possível afirmar que, a partir da ficção histórica, é possível repensar as desigualdades que foram sendo constituídas ao longo da história entre homens e mulheres.

3 Considerações Finais

A partir do romance de Agripa Vasconcelos, percebemos que a literatura pode ser um espaço de apresentação das relações generificadas entre homens e mulheres que se constituíram historicamente. Por serem relações de poder, geram assimetrias de gênero, que seriam as “desigualdades de oportunidade, de condições e direitos entre homens e mulheres, gerando uma hierarquia de gênero” (CARRARA, 2009, p. 43).

No romance em análise, tais hierarquias de gênero puderam ser observadas a partir da revisitação, pelo escritor, do cotidiano feminino no século XIX, marcado pelo patriarcalismo e pelo poder desigual entre o chefe de família (patriarca) e seus descendentes (filha e neta) como aos demais subordinados. O romance evidenciou a construção de um discurso que determinava as atividades tipicamente femininas, os comportamentos socialmente adequados para a mulher, assim como a criação de uma subjetividade feminina. Em vários trechos do texto, percebe-se a vigilância masculina sobre a mulher no período oitocentista, o impedimento ou colocação de obstáculos para que as mulheres tivessem acesso formal à educação, as dificuldades femininas de escolher com autonomia o seu consorte e o poder discricionário de mando do chefe de família que poderia recair sobre a mulher através de um casamento forçado, confinamento involuntário, ameaça ou grave violência.

Nessa perspectiva, entender o passado a partir da literatura ajuda a entender e a refletir sobre formas de desigualdade social que foram se

constituindo entre homens e mulheres e que ainda se perpetuam na sociedade contemporânea sob outros moldes.

REFERÊNCIAS

ABREU FILHO, Ovídio de. Dona Beija: análise de um mito. In: FRANCHETTO, Bruna. (Org.). *Perspectivas antropológicas da mulher*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983. Vol. 3. p. 76-107.

CARRARA, Sérgio Luiz. *Gênero e Diversidade na Escola*. Rio de Janeiro: CEPESC, 2009.

COUTINHO, Fernanda. Narrar para não morrer: a história de Sherazade. In: FIÚZA, Regina Pamplona. (Org.). *A Mulher na Literatura: criadora e criatura*. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2010, v. 1, p. 77-84.

CUNHA, Karolina Dias da. Mulheres brasileiras no século XIX. *Anais do Encontro Nacional do Grupo de trabalho Gênero/ANPUH*. Vitória – ES, p. 01-12, 2014.

DIAS, Fabiele Silva, *A criança na sociedade europeia (séc. XVIII) e brasileira (séc. XIX)*. Anápolis – GO: Universidade Evangélica de Goiás. 2021. Trabalho de conclusão de curso em Pedagogia.

DUARTE, Constância Lima. História da literatura feminina: nos bastidores da construção de gênero. In: FANTINI, Marli; SCARPELLI, Eduardo de. (Orgs.). *Políticas da diversidade*. Belo Horizonte: UFMG/FALE, 2002, p. 211-220.

HAMEISTER, Martha Daisson. Uma contribuição ao estudo da onomástica no período colonial: os nomes e o povoamento do Extremo Sul da Colônia (Continente do Rio Grande de São Pedro, c. 1735-1777). In: DORÉ, Andréa; SANTOS, Antônio Cesar de Almeida. (Orgs.). *Temas Setecentistas: governos e populações no Império Português*. Curitiba: UFPR/SCHLA-Fundação Araucária, 2009, p. 459-478.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque

de (Org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 206-242.

MATOS, Sônia Missagia de. Visão antropológica: repensando o gênero. In: AUAD, Sylvia Maria Von Atzingen Venturoli (Org.). *Mulher: cinco séculos de desenvolvimento na América*. Belo Horizonte: Federação Internacional de Mulheres da Carreira Jurídica, 1999, p. 19-57.

MAUAD, Ana Maria. A vida das crianças de elite durante o império. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das Crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2010, p. 126-163.

MONTANDON, Rosa Maria Spinoso. *Dona Beja: Desfazendo as teias do mito*. Universidade Federal de Uberlândia, 2002. Dissertação de Mestrado.

MONTELEONE, Joana de Moraes. Costureiras, mucamas, lavadeiras e vendedoras: o trabalho feminino no século XIX e o cuidado com as roupas (Rio de Janeiro, 1850-1920). *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 27, n. 1, p. 01-11, 2019.

PASSOS, Elizete Silva. A educação feminina na Bahia. *Bahia – análise e dados*. Salvador, v. 07, nº 02, p. 135-141, set. 1997.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

PRIORE, Mary Del. O cotidiano da criança livre no Brasil entre a Colônia e o Império. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das Crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2010, p. 79-98.

QUINTANEIRO, Tânia. *Retratos de mulher: o cotidiano feminino no Brasil sob o olhar de viajantes do século XIX*. Petrópolis: Vozes. 1995.

SAMARA, Eni de Mesquita. *As mulheres, o poder e a família, São Paulo, século XIX*. São Paulo: Editora Marco Zero, 1989.

SILVA, Ana Paula Mendes. A mulher na Literatura Brasileira: revisitando a condição social feminina. *IV Seminário Nacional Gênero e Práticas Culturais*, João Pessoa, p. 01 -18, 2013.

SILVA, Renato Martins. Em nome da honra: Um tema presente na literatura do século XIX. *Anais do IV Congresso de Letras da UERF- SG*. São Gonçalo, 2007.

SILVA, Edivalma Cristina da. De seduzidas a sedutoras: uma análise discursiva sobre a feminilidade e valores culturais e morais no Seridó do Rio Grande do Norte, presente nos processos-crime de sedução e defloramento e no jornal das moças (1900 – 1945). *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*, n.º, v. 5, ano V, 2008, p. 01-20.

SILVEIRA, Maria Eduarda; ALDA, Lúcia Silveira. Nós, mulheres: A importância da sororidade e do empoderamento feminino. *III Seminário Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade*. Rio Grande, p. 01-05, 2018.

VASCONCELOS, Agripa. *A vida em flor de Dona Bêja*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1966.

WEIGERT, Beatriz, História e histórias no Livro das Mil e Uma Noites e em Vozes do Deserto, de Nélide Piñon. *Historiæ*, Rio Grande, V. 6, n.º1, p. 28-42, 2015

WENZEL, Maria Cristina Rosa; BATISTA, Sueli Soares. A concepção de infância na literatura infantil. *Comunicação e educação*, ano XI, n.º01, p. 32-42, jan/abr, 2006.

WOLFF, Cristina Scheibe; SALDANHA, Rafael Araújo. Gênero, sexo, sexualidades: Categorias do debate contemporâneo. *Revista Retratos da Escola*, Brasília. V. 9, n.º 16, p. 29-46, 2015.

Recebido em 28/08/2023.

Aceito em 25/04/2024.